



EDUCAÇÃO AMBIENTAL, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM XIQUE-XIQUE – BA

Allisson Esdras Fernandes de OLIVEIRA^{1*}
Paula Franciely Grutka Bueno WAGNER¹

Recebido em 02/06/2019

Aceito em 18/06/2019

Publicado em 11/12/2019

RESUMO: Este trabalho tem como tema educação Ambiental, currículo e práticas pedagógicas, objetivou investigar o perfil dos professores da rede municipal de Xique-Xique-Bahia em relação às ações docentes em sala de aula no tocante a Educação Ambiental. Toma como problema a indagação: De que maneira a Educação Ambiental é trabalhada no contexto escolar através das práticas pedagógicas docentes e o currículo? A metodologia foi realizada com uma pesquisa de campo com 200 professores. O artigo traz como ponto inicial, conhecer a dinâmica dos professores pesquisados das escolas onde atuam, na tentativa de esquadrihar como esses profissionais constroem suas aulas, e que maneira abordam a temática Educação Ambiental. Os principais resultados da pesquisa demonstram que temática Educação Ambiental ainda não é um componente presente nas práticas pedagógicas docentes. Conclui-se que muito ainda deve ser realizado e pensado para que a Educação Ambiental esteja inserida nos espaços educacionais. Como aporte teórico foram estudados os documentos sobre educação vigentes no Brasil, também autores como Loureiro (2004), Guimarães (2006), e Gadotti (2000), entre outros. Espera-se que por meio de estudos como este sejam constituídas ações venham superar a fragilidade no currículo, para que assim as práticas pedagógicas sejam resinificadas durante as aulas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Educação Ambiental. Currículo. Formação de Professores.

ABSTRACT: This work has as theme Environmental education, curriculum and pedagogical practices, aimed to investigate the profile of teachers of the municipal network of Xique-Xique-Bahia in relation to classroom teaching actions regarding Environmental Education. The problem is the question: How is Environmental Education worked in the school context through teaching pedagogical practices and the curriculum? The methodology was carried out with a field research with 200 teachers. The article brings as its starting point, to know the dynamics of the researched teachers of the schools where they work, in an attempt to examine how these professionals build their classes, and how they approach the theme Environmental Education. The main results of the research show that Environmental Education is not yet a component present in teaching pedagogical practices. It is concluded that much still needs to be accomplished and thought so that the Environmental Education is inserted in the educational spaces. As theoretical support were studied the documents on education in force in Brazil, also authors such as Loureiro (2004), Guimarães (2006), and Gadotti (2000), among others. It is hoped that through studies such as this one, actions will be constituted that will overcome the fragility in the curriculum, so that the pedagogical practices will be resinified during the classes.

KEYWORDS: Education; Environmental education; Curriculum; Teacher training.

¹Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia (DCHT), Campus XXIV. Rua João Guimarães, s/n, Xique-Xique, BA, Brasil, 47400-000.

*Autor correspondente: allissonesdras@gmail.com

INTRODUÇÃO

A problemática ambiental ganhou destaque mundial na década de 60, com a publicação do livro *Primavera Silenciosa*, nos Estados Unidos, e o surgimento dos movimentos ambientalistas (XAVIER, 2008). Essa questão intensificou-se ainda mais nos anos 70, quando líderes de países se reuniram para discutir ações que minimizassem a destruição do meio ambiente. Esse contexto foi reforçado com a Conferência Intergovernamental de Tbilisi, em 1977, que propunha definições, objetivos, princípios e estratégias para a adoção da Educação Ambiental (EA) no âmbito formal e não formal (RODRIGUES; COLESANTI, 2008).

Desde a década de 70, vem se discutindo a temática ambiental, sendo a preservação do meio ambiente o epicentro das alterações atuais. Assim, o manejo sustentável, o consórcio com a terra, os incentivos para uma economia alternativa, são vias para repensar a atual situação do planeta, haja vista que com os impactos ambientais, os recursos naturais têm se tornando cada vez mais escassos.

As ações sustentáveis só poderão consolidar-se quando a transformação social acontecer em espaços e com agentes que possibilitem essa modificação. Um desses espaços é a escola, que tem como principal função, a formação do indivíduo como sujeito pensante, crítico, participativo, e ativo como cidadão.

O ambiente escolar pode ser o início da edificação de um espaço socialmente equitativo e ecologicamente sustentável, tendo como base a Educação Ambiental, para a execução de práticas efetivas que atendam a realidade dos sujeitos e estimulem o engajamento comunitário e sua inter-relação com a realidade local.

Um dos maiores desafios da atualidade no que se refere à educação e o meio ambiente permeiam quando nos questionamos: Como trabalhar Educação Ambiental na escola? Para os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), as situações de ensino devem ser organizadas com uma configuração que possa proporcionar possibilidades para que o aluno utilize o conhecimento sobre o Meio Ambiente para entender a sua realidade e atuar sobre ela mesma (PCN, 1997).

Dessa forma as propostas de ensino segundo os PCN's devem ser voltadas para um intercâmbio de ideias com polifonias de pensamentos articulados a outras disciplinas, com foco na interdisciplinaridade. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, definidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio dos Temas Transversais, integram em sua proposta educacional questões referentes à Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural, Orientação Sexual e Trabalho e Consumo.

O tema transversal Meio Ambiente é definido como foco principal à construção de um trabalho que tenha por objetivo contribuir na formação de homens e mulheres conscientes e que estejam hábeis para atuar em suas realidades de forma socioambiental, numa proposta de bem-estar local e global, no entanto, se faz necessário não apenas informar, a escola deve propor um trabalho voltado para atuações práticas, formação social, com ensino e aprendizagem (BRASIL, 1998).

Pesquisas realizadas problematizam como a Educação Ambiental ainda é uma pauta distante do cotidiano escolar e a sua curricularização ainda é entendida ou como disciplina isolada sem diálogo com outras matérias ou um assunto fragmentado, falta ainda compreensão dos membros escolares de sua importância para a formação de uma cidadania que promova o consórcio com as questões ambientais

Para a Educação Ambiental, a contribuição da complexidade se dá como um dos pilares do pensamento e prática transdisciplinar que entendo ser uma forma de intercâmbio entre as disciplinas, superando as fronteiras entre elas. Dessa forma, a redução e fragmentação do saber serão superadas. (RIBEIRO, 2010, p.85).

Nos trabalhos aqui apresentados para discussões e encontros com os resultados construídos nesta pesquisa, apontam para uma necessidade imediata de repensar a atenção que é dada as pautas ambientais. A educação brasileira limita ainda a entrada dos assuntos sobre Educação Ambiental (EA) nas aulas, no currículo e na formação docente.

Com a nova proposta curricular nacional a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, podemos analisar que tais conteúdos não são

apresentados no texto do documento, e nota-se que não há um diálogo entre disciplinas, o que ainda incorre no equívoco de entender a Educação Ambiental distante de uma perspectiva de dialogicidade entre teoria e prática. Assim refletimos o risco de temas voltados para as questões ambientais serem extintos das aulas e da dinâmica curricular da escola, haja vista que o documento que revisita o currículo da educação brasileira, não contempla em uma abordagem consistentes objetos do conhecimento que versam sobre o meio ambiente e a educação dos sujeitos.

A Educação Ambiental não só pretende tratar de forma integrada temas de relevância social, como também exige a implementação participativa e ativa de todos os membros da comunidade escolar e reconhece dessa forma como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem os conhecimentos prévios dos alunos, seus interesses e motivações e o estágio do desenvolvimento cognitivo-afetivo em que se encontram, bem como a exigência permanente da contextualização das situações educativas e a imprescindível busca da relação teoria-prática (MEDINA, 1996).

Diante dessa conjectura, é importante conhecer como se organiza a estrutura da Educação Ambiental, sob o viés interdisciplinar na organização curricular do ensino no Brasil. A proposta de transversalidade coloca um novo desafio para os professores, dando espaço para a criatividade e a inovação, possibilitando a busca de novos caminhos para o fazer pedagógico. Pensar o currículo escolar e EA é constituir um desenvolvimento de capacidades sociais que consintam em interferir na realidade para modificar seu entorno, partilhando do conceito da PRÁXIS: Ação-Reflexão-Ação, no entanto, se a ação não for transformadora, não temos uma proposta pedagógica e sim demagógica.

O foco do estudo presente nesse artigo é construído a partir das concepções escolares com reflexão nas estruturas sociais a respeito do que seja Educação Ambiental para os professores, agentes diretos no processo de ensino. Justifica-se estudar este tema haja vista que a cidade de referência para a pesquisa xique-xique é margeada pelo Rio São Francisco, compreender a relação da educação com as questões ambientais reflete diretamente em ações de preservação e conservação de uma sociedade, como também

observar como os professores do município abordam a temática nos possibilita em constituir ações pedagógicas para que o assunto Educação Ambiental possa estar aproximado das aulas e das vivências escolares.

A pesquisa busca responder a seguinte questão: De que maneira a Educação Ambiental é trabalhada no contexto escolar através das práticas pedagógicas docentes e o currículo? Tem como objetivo geral investigar as práticas pedagógicas dos professores e professoras em relação às ações docentes em sala de aula no tocante a Educação Ambiental, como objetivos específicos são elencados: Analisar como os professores abordam a temática sobre Educação Ambiental em contexto da sala de aula; Identificar como a Educação Ambiental se constitui no ambiente escolar; verificar dificuldades e possibilidades que os professores encontram para um fazer interdisciplinar.

MATERIAL E MÉTODOS

Localizada no semiárido baiano, a aproximadamente 588 km da capital Salvador, no baixo-médio vale do Rio São Francisco, a cidade de Xique-Xique/BA conta com uma população estimada em 50 mil habitantes. (IBGE,2017) O município possui aproximadamente 170 escolas, de ensino regular e multisseriado, distribuídas entre sede (zona urbana) e interior (zona rural), com um quantitativo de aproximadamente 800 professores, que atuam na rede municipal de ensino desde o início da escolarização nas séries iniciais até o ensino técnico de magistério.

O aporte metodológico foi delineado em pesquisa de revisão bibliográfica com método Booleano em busca de trabalhos publicados em revistas indexadas e em banco de dados de universidades brasileiras em plataformas digitais que apresentavam o mesmo objetivo ou objetivos similares em diferentes realidades do país, tomou como barema investigações científicas de diferentes datas construindo um eixo temporal de média de uma década (10 anos) para comparativo com os dados do estudo realizado no município citado.

A pesquisa é classificada como de campo de cunho qualitativo/quantitativo com entrevistas direcionadas a 200 professores que compõe o sistema educacional da cidade de Xique-Xique, atu-

antes nas modalidades de ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e ensino fundamental II (6º ao 9º ano), com aplicação de questionário semiestruturado. O questionário contemplou 20 questões com dois descritores: 1º-Identificação dos pesquisadores; e 2º - Aplicabilidade e conhecimentos didáticos e pedagógicos sobre Educação Ambiental e currículo.

Para a constituição deste estudo, foi realizado um levantamento do quantitativo de professores do município via SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, ao obter o número de professores vinculados ao município, foram constituídos os critérios de inclusão e exclusão para participação da pesquisa. Os critérios de inclusão foram: ser professor efetivo da rede de ensino, estar lecionando, optar livremente para construção deste estudo. Para exclusão foram adotados os seguintes critérios: estar em licença, ocupar cargos que impossibilite de exercer a docência, não responder ao questionário.

Como desdobramento das ações metodológicas, foram realizados convites aos docentes nas escolas do município e as suas participações tiveram aderência através da plataforma on-line: WhatsApp, somando um total de 300 colaboradores, os questionários foram enviados por e-mail, entregues nas escolas, e individualmente aos professores com prazo máximo de entrega de 30 dias, obtivemos um retorno de 200 entrevistas o que representou o grupo de trabalho para esta investigação.

As perguntas foram formuladas com uma proposta de colocar o professor no centro das discussões sobre Educação Ambiental, levando-o a uma reflexão sobre sua própria prática e suas observações sobre o tema a escola e seu currículo (MORAES, 2000), mapeando sua formação e as implicações com seus aprendizados pedagógicos. Com questionários semiestruturados os dados construídos foram analisados tomando como método de análise descritiva em Peixoto, Braga, e Bogutchi (2012) e tabulados e submetidos à estatística descritiva com o auxílio do software Microsoft Excel, e pôde-se dialogar com os resultados obtidos com outras pesquisas que dialogam epistemologicamente e metodologicamente com o estudo realizado em Xique-Xique/BA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de abril a agosto de 2017, foram entrevistados 200 professores da rede de ensino fundamental I e fundamental II das escolas públicas do município de Xique-Xique. Ao traçar o perfil dos professores, verificou-se que 187 dos entrevistados, são mulheres. Esse fato decorre de uma constituição histórica, a função de docência durante anos ficou a cargo das mulheres, outro fator que contribuiu com esse resultado são os índices de crescimento populacional no país, o qual demonstram que grande parte dos habitantes do Brasil, pertencem ao sexo feminino (IBGE 2015).

Considerando a faixa etária dos entrevistados, 19% encontravam-se em idade entre 21 a 30 anos, 54% entre 31 e 40 anos, e 27% possuíam idade superior a 40 anos. Dados semelhantes foram observados na pesquisa de Trevisol (2003) ao realizar estudo em 13 municípios da região Meio-Oeste de Santa Catarina, e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que ao realizar levantamento no ano de 2014, sobre o perfil dos docentes brasileiros, apontou que em média os professores possuem 39 anos de idade, 14 anos de experiência em sala de aula e a maioria são mulheres.

Com relação ao tempo de atuação na área educacional, 12% desempenhavam a atividade entre 1 e 5 anos, 40% estavam nessa função entre 6 e 10 anos, e 48% lecionavam a mais de 10 anos. Esses dados corroboram com a pesquisa de Souza (2013), que ao fazer uma abordagem sobre o perfil dos professores do Brasil observou-se um envelhecimento da população docente, dessa forma se faz necessário habilitar a classe docente com formações contínuas e estruturar os futuros profissionais da educação nos espaços de graduação para estarem aptos junto as diferentes realidades das salas de aula (SOUZA, 2013).

Suscitando dessa forma novos questionamentos a respeito da educação e como ocorre o processo de ensino e aprendizagem, o autor da pesquisa Souza (2013) discute a necessidade de ampliar as políticas educacionais para atender a nova realidade dos professores brasileiros, em que a proposta não seria “renovar” o quadro dos profissionais da educação, ao contrário é poder

trazer novas condições de trabalho aos professores.

Com relação a atuação em nível escolar, dentre o número de professores entrevistados, 139 professores atuam na educação básica, nas séries iniciais de 1º ao 5º ano, e somente 61 trabalhavam no ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Esse resultado nos apresenta como são distribuídas as disciplinas lecionadas no município pelos entrevistados, no qual 68% (136) ministram todas as disciplinas e os demais estão divididos entre os componentes curriculares do 6º ao 9º ano. Vale ressaltar que 5% (5) cinco dos docentes não responderam essa pergunta. Resultados paralelos à pesquisa foram identificados por Souza (2013), concluindo que o número de classes do ensino fundamental I é mais expressivo no Brasil em relação ao ensino fundamental II. Essa diferença pode estar ligada ao fato de que os alunos ao concluírem o primeiro ciclo do ensino básico, muitas vezes, evadem das salas de aulas, em busca de empregos, desestímulo, ou por questões familiares.

Outra questão levantada na pesquisa é o porquê dos professores do FI lecionarem todas as disciplinas. A curricularização nacional do (MEC) nos responde, ao estabelecer que para haver uma interdisciplinaridade dos conteúdos e o professor poder melhor acompanhar o processo de alfabetização, e para não gerar conflitos nos alunos que ainda não compreendem o sistema escolar, torna-se pertinente ter um professor por série que leccione todas as disciplinas, mesmo que tenha um acompanhamento de um auxiliar as salas de ensino fundamental são regidas por um único professor.

A tabulação dos dados obtidos no revelam que dentre o número de entrevistados, quando questionados sobre o grau de escolaridade, 55% dos professores possuíam o nível superior completo, e a maior titulação entre os entrevistados é a pós-graduação *Latu Sensu* que corresponde a 33% dos entrevistados. É importante ressaltar que ainda existem profissionais atuantes na educação, que possuem formação inferior à exigida pela Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/96). Essa lei regulamenta o sistema nacional de educação elucidando que para o exercício de magistério em qualquer série/ano é necessário ter formação mínima na área de Pedagogia ou cursos superiores de licenciatura. (Brasil 1996).

O PNE (Plano Nacional de Educação) dedica quatro de suas 20 metas aos professores: prevê formação inicial, formação continuada, valorização do profissional e plano de carreira. Para que se tenha uma dimensão do trabalho que o país tem pela frente, entre os 2,2 milhões de docentes que atuam na educação básica do país, 24% não possuem a formação adequada, conforme dados do Censo Escolar 2014. “Se nós não cuidarmos dos professores da educação básica, estamos fadados a continuar tendo dados educacionais de baixo nível”, afirma a pesquisadora Bernardete Gatti, vice-presidente da Fundação Carlos Chagas.

O descritor 2 da entrevista, buscou apontar as concepções dos professores a respeito da educação ambiental, de maneira que pudesse tecer um perfil dentro da margem de entrevistados a respeito dos conhecimentos e discussões sobre o tema nas escolas da rede municipal.

Os entrevistados foram questionados quanto ao conceito de Educação Ambiental, 98% afirmavam conhecer, no entanto as definições apontadas sobre o tema foram superficiais, fugindo do objetivo da pergunta, que visava respostas embasadas em teóricos ou documentos institucionais e pedagógicos que versam sobre a temática. Os autores Azevedo e Fernandes (2013) apontam em estudo realizado no estado de Minas Gerais resultados próximos a pesquisa realizada em Xique-Xique, no qual 18 professores entrevistados de escolas públicas, disseram ter conhecimento sobre a temática educação, mas as respostas ficam fora de uma discussão teórica pautada em empirismos ou definições abertas.

Os dados apresentados corroboram com as informações observadas também por Machado et al. (2010), os entrevistados afirmavam conhecer o conceito de Educação Ambiental, no entanto as respostas não ofereciam subsídios coerentes. Acredita-se que as respostas não foram favoráveis por conta do distanciamento existente entre o tema transversal e o currículo presente no cotidiano escolar, demonstrando assim a necessidade de maior contato com o tema Educação Ambiental para que este chegue até a sala de aula de forma consolidada.

Quando indagados se o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola contemplava ações de educação ambiental, 22 docentes responderam

que não, 35 afirmaram existir intervenções sobre o tema, e 143 disseram que parcialmente existe discursão sobre EA ou práticas ambientais nas unidades de ensino. Sato e Carvalho (2015) em suas pesquisas apontam um não diálogo entre o Projeto Político Pedagógico e os temas transversais, dessa forma o projeto torna-se um material isolado, com um certo distanciamento entre meio ambiente e escola, sendo necessário um novo olhar.

A participação na elaboração do PPP se traduz em estratégia para efetivação dos princípios e fins da educação nacional, especialmente no que concerne à gestão democrática. O PPP permite que a direção, a equipe pedagógica, os alunos, os pais e a comunidade local participem da gestão da educação. A instância indicada na própria legislação para viabilizar a gestão democrática, mediante exercício do princípio da participação na escola, é o Projeto Político-Pedagógico, no entender de Polli e Signorini (2012) é o instrumento que define mediante planejamento coletivo os processos da gestão da escola. O projeto pedagógico é, portanto, o veículo do planejamento e a principal ferramenta da gestão. Nesse são definidos, organizados, normatizados e acompanhados os processos de aprendizagem e participação, individual e coletiva, no espaço escolar.

Com relação às práticas/projetos voltados para educação ambiental, somente 39 professores afirmaram positivamente que existem atividades sobre educação ambiental, no entanto as respostas se limitaram a atividades dirigidas para dias específicos, datas comemorativas ou projetos independentes sem interação com outras áreas e outros professores, não havendo uma extensão contínua para todas as séries. A Educação Ambiental (EA) é um processo de aprendizagem longo e contínuo que busca formar e desenvolver atitudes racionais e responsáveis na perspectiva de criar um novo modelo de relacionamento entre homem e meio ambiente (OLIVEIRA, 2005).

Este mesmo pensamento persiste na visão de Carvalho (2006) o qual define a EA como sendo uma preocupação inicial dos movimentos ecológicos com a finitude e a má distribuição dos recursos naturais, preocupação esta que não se aplica apenas ao mau uso destes recursos, mas reflete na formação de cidadãos envolvidos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

Quando questionados sobre a temática de educação ambiental ser uma proposta recorrente ou limitar-se as datas comemorativas e eventos específicos, o maior percentual respondeu que as ações estavam pautadas em ocasiões esporádicas, calendários festivos, ou quando o professor realiza atividades na sala de aula.

Dessa forma, a entrevista nos mostra ainda uma escola que atua de forma excludente em relação a interdisciplinaridade e apenas com ações isoladas da realidade do que propõe a Educação Ambiental. Repensar a função social da escola é fundamental para a inserção de temas que são salutares para a formação dos alunos.

Perguntados sobre a importância da implementação da temática ambiental no currículo, 99% dos entrevistados sinalizaram positivamente, demonstrando compreensão a respeito da necessidade de uma ligação maior entre currículo e Meio Ambiente e interesse sobre o tema Educação Ambiental e sua pertinência na circularização escolar. De acordo com Viana (2006), ao pesquisar a percepção dos professores sobre o currículo escolar e meio ambiente em uma escola no município de Itapetinga estado da Bahia, foi verificado que os docentes compreendem sobre a importância de inserção de temáticas sobre meio ambiente no currículo, contudo ao justificarem essa importância, mais uma vez, as considerações ficaram limitadas sem embasamento de argumentos sobre a área, responsabilizando a escola para a promoção da conscientização dos alunos.

A abordagem seguinte debruça-se sobre a discussão da EA em momentos formativos que abordassem temas como sustentabilidade, ecologia, meio ambiente e reciclagem. A grande maioria das respostas, 81%, sinalizou que não existem instantes para essa discussão. Respostas semelhantes foram dadas pelos professores entrevistados por Machado et al. (2010), no distrito de Luzimangues em Porto Nacional, Tocantins, que apontaram a não existência de momentos para a fomentação de discursões a respeito de práticas ambientais na escola. Situação correlata também foi observada por Azevedo e Fernandes (2010), em um município da Zona da Mata em Minas Gerais. Os autores ainda afirmam, que a pesquisa não se isola da realidade do país, sendo necessário a capacitação deste profissional.

Em se tratando da existência de espaço no currículo para interdisciplinaridade com temáticas ambientais, as respostas apontadas demonstram que 160 professores consideram que nos currículos existem espaços para o estudo da referida temática. Viana (2006), em sua pesquisa, analisou tais resultados de forma otimista ao considerar que os professores entrevistados compreendem a relação importante entre escola e meio ambiente e como suporte necessário para implementação de métodos na escola. Se faz necessário que o currículo tenha espaços para dinamizar a vertente ambiental com outras disciplinas. Esse resultado leva-nos a um questionamento: se os professores reconhecem a importância do tema no currículo e compreendem a amplitude curricular do trabalho voltado à Educação Ambiental, por que esse trabalho não se efetiva na escola?

Os professores compreendem e conhecem o currículo escolar como também os temas transversais, no entanto falta ainda a solidificação desse tema e discussões mais aprofundadas de maneira que o professor e aluno possam trabalhar juntos na efetivação das aprendizagens (AZEVEDO; FERNANDES, 2010).

Para Cavalheiro (2008) o aprendizado da Educação Ambiental de forma interdisciplinar configura-se um desafio para muitos professores. Existem inúmeras questões para a não aplicabilidade da EA nas salas de aula, como não saber trabalhar, a falta de tempo entre as disciplinas, a ausência de domínio da temática, e até mesmo a falta de relação do tema com as disciplinas. Esta percepção se configura em todos os anos de formação dos alunos.

Os temas transversais devem ser abordados pelas disciplinas convencionais em seus conteúdos e objetivos, pois são linhas do conhecimento que atravessam e se cruzam entre os diferentes componentes, atuando como fator estruturador e fio condutor da aprendizagem, potencializando valores, fomentando comportamentos e desenvolvendo conceitos, procedimentos e atitudes, que respondem às necessidades pessoais e da própria sociedade (BRASIL, 1996).

Questionados quanto ao incentivo para trabalhar com projetos ou atividades ambientais, os entrevistados afirmaram que parcialmente existe motivação. Ao analisar as respostas dos

professores verificou-se que a referência motivacional partia da gestão escolar, não se observando estímulos por parte dos pais, da comunidade escolar ou dos próprios alunos. Ao compararmos as respostas dos professores de Xique-Xique com a pesquisa de Machado et.al (2010), percebemos uma semelhança em ambos os grupos pesquisados, os docentes sentem-se desmotivados, os alunos não possuem estímulos, e a metodologia sobre a temática ainda está arraigada às práticas tradicionais, o que torna o ensino de Educação Ambiental ainda distante das realidades das escolas.

As razões pelas quais existe um desestímulo no levantamento feito nas escolas dos municípios de Xique-Xique são diversas, os pais responsabilizam totalmente as escolas pela educação dos filhos, os alunos estão desmotivados, a infraestrutura escolar não oferece espaços aptos para desenvolver as aulas. Para Souza (2013) o Brasil enfrenta uma das maiores crises no sistema educacional em relação às questões motivacionais de pais, alunos e professores

A visão de educar ainda reflete a ótica sobre responsabilidade apenas da escola, uma visão errônea pois a EA se projeta de forma indispensável correlacionada ao trabalho de educação em questões ambientais, objetivando trazer para o centro das discussões toda a comunidade escolar, pois o ambiente é o espaço comum a todos e bem público (BRASIL, 1988).

Sobre o apoio escolar, material para trabalho, espaço de divulgação ou suporte pedagógico, 120 professores responderam positivamente, 25 disseram que são atendidos parcialmente e 55 responderam que não há apoio da gestão escolar. O que nos leva a interpretar que nas escolas entrevistadas existe suporte para desenvolvimento de ações ambientais. Nesse ponto a pesquisa apresenta resultados positivos quando comparado com o estudo realizado por Trevisol (2003), que relatou a ausência de suporte material e pedagógico como o principal motivo para a não realização das ações, bem como também a falta de motivação e o despreparo dos professores para trabalharem com a temática.

Os entrevistados, ao serem indagados sobre a prática pedagógica e educação ambiental na sala de aula, respondem que parcialmente

realizam práticas pedagógicas de educação ambiental respostas de um total de (93) professores. Pode-se assim considerar, que se a escola traz de forma esporádica o tema para a sua realidade, o professor também irá estender o tema para sala de aula, de forma eventual. O professor capacitado e motivado é essencial no sentido de sensibilização, pois o contato direto com os alunos permitirá que os objetivos propostos sejam alcançados efetivamente.

A finalidade de propor ações que concretizem uma aprendizagem de qualidade, apta para a constituição da emancipação do sujeito, reflete em como são discutidas e planejadas as aulas sobre Meio Ambiente, não sendo a última fronteira a ser conquistada para o êxito escolar, nada obstante um caminho que deve ser percorrido.

Em se tratando de legislação, como a Lei nº 9.795/1999, o Decreto nº 4.281/2002 que versa sobre Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), 98% dos docentes não tem conhecimento sobre as matrizes ambientais Na pesquisa de Moraes; Lima e Schaberle (2000) pode-se tecer uma comparação em relação as respostas dos professores no desconhecimento de leis códigos ou documentos pedagógicos que versam sobre a Educação Ambiental. Os distanciamentos existentes entre a realidade da sala de aula e as políticas ambientais, refletem no número expressivo de professores que desconhecem sobre essa temática.

A EA não pode se restringir somente a disciplinas como Geografia e Ciências, isso porque os problemas ambientais são muito complexos e possuem um caráter multidimensional, que possibilita que haja uma interação entre as diferentes fontes de conhecimento da escola (SILVA, 2008). É importante levar em consideração que os professores dessas disciplinas já sofrem com problemas significantes, como carga horária excessiva e exigências em relação aos conteúdos curriculares. E, delegar uma temática tão ampla aos professores dessas disciplinas é reduzir a sua importância e permitir que esta seja trabalhada apenas em datas comemorativas, como uma maneira de se sair da rotina.

Ao serem questionados sobre a existência de ações de coletas seletivas, descarte correto do lixo ou compostagem e hortas nas escolas, bem

como área arborizada ou espaço adequado para o trabalho de Educação Ambiental, 100% dos entrevistados responderam negativamente. Trevisol (2003), ao investigar 80 professores de 13 municípios do centro oeste de Santa Catarina, salientou sobre a ausência de ações realizadas nas escolas em uma vertente que desperte interesse ou curiosidade nos alunos.

Quando questionados sobre sua formação inicial, magistério ou nível superior, os professores afirmam que a temática de Educação Ambiental não foi ofertada nem em forma de disciplinas, seminários ou outras modalidades formativas. De certa forma, essa deficiência tornou fragilizada a formação desses profissionais que ao se deparar com a realidade da sala de aula, podem ter dificuldades em executar com êxito ações e metodologias inerentes a EA. Devido a formação inicial dos professores no Brasil ser carente de discussões mais específicas, a exposição prática de assuntos ligados a Educação Ambiental, torna-se uma questão frágil no currículo do docente.

Ao chegar à realidade da sala de aula o professor por não ter uma formação com foco em práticas pedagógicas e temas transversais, se depara com um contexto diferente para exercer o seu método de ensino, levando os assuntos sobre a temática a se tornarem apenas dias de comemoração como dia da água, dia da árvore, ou semanas do meio ambiente, tornando-se uma área que se distancia da relação com outras disciplinas.

Partindo das considerações de Tardif (2010), a proposta de formação profissional deve ser plural na prática docente, esses conhecimentos por serem provenientes de uma formação cultural devem corresponder a diversos campos do saber, e somando aos conhecimentos inerentes a profissão a sua base precisa ser complementada com o conhecimento do currículo, implementação dos programas escolares, e formação acadêmica.

Essa multitudine de saberes exige do professor capacidade de dominá-los, integrá-los e mobilizá-los, enquanto condição fundamental para o exercício de sua atividade no ambiente escolar. E como processo contínuo de formação do profissional de educação, o trabalho para capacitá-lo deve ter o foco em formar professores que possam articular ações relativas com os temas ambientais de forma sólida nas escolas, trazendo

a Educação Ambiental como parte integrante nos planejamentos escolares, jornadas pedagógicas, e encontros formativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como espaço de polifonias, o âmbito escolar torna-se um círculo dinâmico para discussões voltadas à área de Educação Ambiental, pois abarca um público alvo que está diretamente ligado a outros indivíduos que participam de uma mesma dinâmica. Essa temática está presente na vida dos alunos, uma vez que trabalham diariamente com tais questões e constroem juízo de valor, ao fazerem suas leituras de vida.

Para entender o funcionamento desse mundo, a pesquisa buscou compreender o desenvolvimento do educador frente à temática Educação Ambiental e às diversas realidades existentes na sala de aula, perpassando pela formação docente em não apenas buscar a conscientização, mas também de medidas práticas que estejam inseridas na realidade de cada indivíduo, tanto no contexto social e como cultural, como um exercício constante na dinâmica da sociedade como um todo, ampliando as discussões e práticas e dinamizando redes de informações sobre o respectivo assunto (GUIMARÃES, 2004).

Assim, a Educação Ambiental é conteúdo e aprendizado, é reflexão, é parâmetro e norma. Vai além dos conteúdos pedagógicos, interage com o ser humano de forma que a troca seja uma retroalimentação positiva para ambos. Educadores ambientais são pessoas apaixonadas pelo que fazem. E, para que o respeito seja o primeiro sentimento motivador das ações, é preciso que a escola mude suas regras para se fazer educação ambiental de uma forma mais humana (CARVALHO, 2006).

Desta forma, a pesquisa apresenta a importância da Educação Ambiental como vertente interdisciplinar na formação da cidadania e de sua relevância na ressignificação do cotidiano dos alunos de forma a valorizar os diferentes conhecimentos que cada indivíduo possui. Comprovando que a EA ainda está distante das dinâmicas rotineiras das escolas do município de Xique-Xique/BA e que muitos professores não conhecem com proficiência o estudo dessa matriz

transversal, e que ainda existe um olhar de simplismo ou de segundo plano.

Podemos considerar a partir das avaliações comparativas com pesquisas de outros pesquisadores, que ao longo dos anos a temática da Educação Ambiental, continua distante da realidade das práticas pedagógicas consolidadas na sala de aula, as pesquisas em análise dialogam com os resultados obtidos, ao tabular os dados e compara-los observamos a distância entre os anos e notou como existe uma relação direta entre os resultados, destacando que a Educação Ambiental surge nas escola de forma temática, fragmentada, e dissociada do cotidiano escolar.

Por fim, durante a pesquisa foi observado a necessidade de investir na formação de professores no município, principalmente com capacitação voltada ao contexto da Educação Ambiental, com foco em uma proposta de trabalho e diálogo com outras disciplinas, fomentando discussões e uma estruturação curricular particular a realidade de cada escola, visando a implementação de cursos e projetos voltados para o ensino e aprendizagem dos alunos. Torna-se relevante continuar o processo de pesquisa para maior aprofundamento sobre o tema no município estudado, para maior percepção da realidade existente e superação das dificuldades encontradas pelos professores da rede de ensino, se faz necessário desenvolver novas análises, para se conhecer melhor quem são os professores da educação básica em todo o território nacional.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D.S; FERNANDES K.L.F. Educação ambiental na escola: um estudo sobre os saberes docentes. 2010. **Universidade Federal de Juiz de Fora**, 14(2): 95-119, 2010.
- BRASIL, Constituição Federal (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado 1988.
- BRASIL, Congresso Nacional. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.
- BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1997a., 10 volumes.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (5ª a 8ª séries)**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- _____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde**. Brasília, MEC, 1997.

_____. **Portal Brasil:** Pesquisa internacional revela perfil de professor e diretor. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/06/pesquisa-internacional-revela-perfil-de-professor-e-diretor>>. Acesso em: setembro de 2016.

CARVALHO, I.C.M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 2ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALHEIRO, J. **Consciência ambiental entre professores e alunos da escola estadual básica Dr. Paulo Devanier Lauda.** Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2008.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra.** São Paulo: Petrópolis, 2000.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais.** 3ed. Campinas: Papirus, 2007.

_____. Educação ambiental crítica. In: Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, pp. 25 -34.

MACHADO, A. et al. **Educação Ambiental de 6º a 9º ano:** um estudo na escola estadual beira rio do distrito de Luzimangues Porto Nacional – To. Disponível em: <http://www.catolica-to.edu.br/portal/portal/downloads/docs_gest_aoambiental/projetos2010-2/4periodo/Educacao_ambiental_de_6_a_9_ano_um_estudo_na_escola_estadual_beira_rio_do_distrito_de_luzimangues_porto_nacional_to.pdf>. 2010. Acesso em: setembro de 2016.

MEDINA, N.M. **Amazônia:** uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília, IBAMA, 1994.

MORAES, E.C; LIMA JUNIOR, R.E.; SCHABERLE, F.A. Representações do meio ambiente entre estudantes e profissionais de diferentes áreas do conhecimento. **Revista de Ciências Humanas**, 1: 83-96, 2000.

PENTEADO, H.D. Meio ambiente e formação de professores. 6ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, G.S.S.C.; COLESANTI; M.T.M. Educação ambiental e as novas tecnologias de informação e comunicação. **Sociedade & Natureza**, 20: 51-66, 2008.

RIBEIRO, F.N. Complexidade e o pensamento complexo de Edgar Morin: Interloquções com a Educação Ambiental e Formação. **Caderno de Prod. Acad.-Cient**, 16(2): 81-92, 2010.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental:** abordagens múltiplas. 1ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. 183 p.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SORRENTINO, M. Desenvolvimento sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. (Org.) **Educação ambiental:** repensando o espaço da cidadania. São Paulo:

PEIXOTO, M.C.L.; BRAGA, M.M.; BOGUTCHI, T.F. **A Evasão no Ciclo Básico da UFMG.** Cadernos de Avaliação 3. Avaliação Institucional PAIUB-PROGRAD-UFMG, p. 7-28. São Paulo: Cortez, 2012. p.15-21.

POLLI, A.; SIGNORINI, T. A inserção da Educação Ambiental na prática pedagógica. **Revista Ambiente & Educação**, 17(2): , 2012.

SOUZA, A.R. O professor da educação básica no Brasil: identidade e trabalho. **Educar em Revista**, 48: 53-74, 2013.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2010.

TREVISOL. J.V. **Os professores e a educação ambiental:** um estudo de representações sociais em docentes das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, 2003. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT10/joviles_trevisol.pdf> Acesso em: setembro de 2016.

VIANA, P.A.M.O. A inclusão do tema meio ambiente nos currículos escolares. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, 16: , 2006.

XAVIER, M.A. Oficinas de Educação Ambiental: Contribuição à educação continuada dos professores do município de Luis Eduardo Magalhães – Bahia. **Trabalho de conclusão de curso** apresentado ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – DF, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista em Educação Ambiental. Brasília, 2008.